

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do
Sindicato dos Urbanitários
12/12/2016



'Mulheres costumam mais à Previdência porque vivem mais', diz Caetano

Principal formulador da proposta de reforma da Previdência enviada ao Congresso, o economista Marcelo Caetano rebate as críticas de que o governo Temer vai "acabar" com o sistema público de aposentadorias no Brasil. "O que estamos fazendo é desprivatizar a Previdência, para que alguns segmentos deixem de se apropriar de recursos públicos de forma privada. Uma aposentadoria de R\$ 30 mil não pode ser Previdência Social", diz Caetano, que ocupa o cargo de secretário de Previdência no Ministério da Fazenda.

Hoje a mulher se aposenta antes do homem porque se encarrega da maior parte do serviço doméstico. A reforma da Previdência estabelece regras de transição diferentes, mas, depois disso, a idade mínima de aposentadoria será igual. O governo acredita que, em 15 ou 20 anos, as jornadas de trabalho de homens e mulheres serão iguais?

A Previdência não vai resolver o problema de gênero no Brasil nem nenhuma outra forma de discriminação. A mulher se aposentar antes que o homem é apenas um paliativo. O custo da mulher para a Previdência Social é maior que o do homem porque ela vive por mais tempo. Do ponto de vista previdenciário, uma idade igual para se aposentar já é um subsídio para a mulher, porque o benefício será pago por mais tempo. Além disso, o diferencial salarial entre homens e mulheres ainda é alto, mas vem diminuindo e o menor intervalo está nas faixas etárias mais jovens. Existe uma tendência de redução dessas diferenças. A prática internacional de aposentadoria é igualar ou reduzir o diferencial de idade entre homens e mulheres.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 11/12/2016

Trabalhador próximo de se aposentar pode ter estabilidade

Os trabalhadores que estão próximos de se aposentar têm garantia de emprego durante o período que antecede o requerimento do benefício nos postos do INSS. Essa garantia não consta na legislação trabalhista, mas sim nos acordos e convenções coletivas de trabalho de várias categorias, entre eles bancários, comerciários, químicos, metalúrgicos, médicos e enfermeiros. As empresas, que desrespeitarem o acordo coletivo e mandar embora seus empregados com essa estabilidade, terão que arcar com seus salários, de seis meses até três anos, tudo dependendo da cláusula que consta na convenção coletiva da categoria.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 10/12/2016

Procura por planos de previdência privada aumenta em meio à crise

As pessoas estão colocando mais dinheiro em planos de previdência privada no Brasil, mas o número de investidores nesses fundos continua crescendo lentamente. A proposta do governo para reforma da Previdência, que ainda será debatida no Congresso, poderá obrigar as pessoas a trabalhar mais para se aposentar e ameaça reduzir o valor dos benefícios com que elas poderão contar. Mas a preocupação com as mudanças ainda não provocou uma corrida dos trabalhadores interessados em formar reservas para a velhice. De janeiro a outubro, a captação líquida dos fundos, descontando os resgates das novas aplicações, cresceu 20% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo a Fenaprevi, entidade que reúne empresas que vendem planos de previdência.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 12/12/2016

Especialista diz que pressa para a aposentadoria não é melhor saída

Especialista em Finanças Públicas, o professor José Matias-Pereira, do departamento de Administração da Universidade de Brasília alerta para os riscos de uma decisão irrefletida. Com a perspectiva de uma reforma da Previdência Social, uma das prioridades do governo do presidente Michel Temer, alguns trabalhadores estão inseguros e buscando informações em postos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Para especialistas que foram consultados pela Agência Brasil, no entanto, a pressa em pedir a aposentadoria não é a melhor saída e pode até causar alguns prejuízos.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/12/2016

Confira as últimas notícias do Sintius no site:
<http://www.sintius.org.br>

Aposentadorias do INSS serão reajustadas em 7,5% em janeiro

As aposentadorias e demais benefícios da Previdência Social, como pensões e auxílios doença, acidentários e outros deverão ter reajuste de 7,5% já a partir de janeiro, e dependendo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deste mês, o aumento pode ser ainda maior. O reajuste nos benefícios consta no Relatório Preliminar da Lei Orçamentária divulgado pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Com isso, o maior benefício a ser pago pelo INSS vai subir para R\$ 5.579,06. Atualmente, o valor é de R\$ 5.189. Já o piso dos benefícios previdenciários, estipulado em um salário mínimo, subirá para R\$ 946. Os benefícios com o reajuste serão pagos a partir de janeiro. A definição do reajuste ocorrerá em 6 de janeiro e, dependendo do índice inflacionário de dezembro, o reajuste pode ser maior que o percentual de 7,5% previsto pelo relatório preliminar do Congresso Nacional. Calendário. Aposentados, pensionistas e demais segurados do INSS que têm auxílios por incapacidade e outros benefícios mensais podem ir se programando para receber os benefícios do INSS no ano que vem. É que a Previdência Social acaba de divulgar o calendário de pagamentos de benefícios 2017.

O novo calendário de pagamentos do INSS já está disponível para consulta na página da Previdência Social (www.previdencia.gov.br) e no site do Sintius (www.sintius.org.br).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 11/12/2016

Aposentado do INSS com doença grave pode ter isenção de IR

As pessoas que são aposentadas ou pensionistas e que tenham doenças graves podem ter direito a isenção de Imposto de Renda (IR). A isenção é válida somente para o benefício previdenciário, ou seja, se a pessoa recebe outro rendimento de qualquer outra fonte de renda, como aluguéis ou remunerações, não terá a isenção sobre essa fonte. A isenção do Imposto de Renda também é devida à pessoa que recebe auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho. Nesses casos, a isenção do Imposto de Renda é automática, independentemente de os beneficiários terem ou não doenças graves. Para ser isento do Imposto de Renda, o aposentado e o pensionista com doença grave devem comprovar a doença por meio de laudo médico emitido por serviço médico de um órgão público. No caso de doenças que podem ser controladas, o laudo deverá ter o prazo de validade informado.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/12/2016

Governo estuda liberar fatia do FGTS

A autorização do saque de uma parcela do FGTS para que trabalhadores possam quitar empréstimos com bancos está sendo estudada pelo governo Michel Temer para tentar acelerar a recuperação da economia brasileira. Outra medida sob análise do Palácio do Planalto é a liberação de recursos que os grandes bancos depositam obrigatoriamente no Banco Central para usá-los no refinanciamento de dívidas de pessoas físicas e jurídicas. As duas propostas, que dependem de um acordo entre Temer e o Ministro Henrique Meirelles (Fazenda), buscam combater o que é visto como um dos principais entraves para retomada do crescimento: o endividamento das empresas e dos consumidores, que estão passando por um processo de reestruturação.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 10/12/2016